

Dívida Externa "O acordo está difícil, mas sai"

GAZETA MERCANTIL

06 NOV 1987

09 NOV 1987

por José Casado
de Brasília

A negociação entre o Brasil e seus credores privados estrangeiros, em torno de um acordo para a imediata suspensão da moratória da dívida externa brasileira (estimada em US\$ 112 bilhões), encontrava-se no começo da noite de ontem num estágio bastante delicado.

O acordo "está difícil", admitiu a este jornal o presidente da República, José Sarney, no começo da noite de ontem. Mas, otimista, ele insiste na aposta sobre o futuro: "Tenho certeza de que vai sair. E logo".

As resistências são muitas e mútuas. O governo brasileiro opera com a perspectiva de extrair dessa moratória, decretada há quase nove meses, vantagens amplas sobre as condições de refinanciamento da dívida para o período 1988-89, a etapa final da gestão José Sarney. Está usando-a, e pretende conti-



José Sarney

nuar, como seu principal trunfo político.

O presidente mantinha a expectativa de que houvesse um entendimento ainda nesta semana. Ontem, no entanto, as informações de que dispunha, repassadas pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, da Fazenda, deixavam-lhe a impressão de que um eventual acordo só deve surgir a partir da semana que vem.

A possibilidade de a Argentina vir a decretar também uma moratória sobre os pagamentos de sua dívida externa (US\$ 43 bilhões) era ontem considerada remota no Palácio do Planalto. A passagem do secretário da Fazenda argentino, Mario Brodersohn, por Brasília, na quarta-feira, numa conjuntura em que as reservas cambiais daquele país estão exauridas — insuficientes para dois meses de importações —, contribuiu para que o governo brasileiro começasse a estudar alternativas. O

nível de descrença, entretanto, é grande em praticamente todos os principais gabinetes da República.

Sarney prefere resistir na linha de negociação isolada que o seu governo vem adotando. Mas, a exemplo do presidente argentino Raúl Alfonsín, olha com preocupação crescente a curva da taxa de inflação em linha ascendente, o que representa para ele prenúncio de dificuldades, tanto na mesa de negociação com os credores externos quanto na gestão da política econômica interna.

"Quando entrei (no governo) a inflação estava em 12% mensais, baixamos logo em seguida. Não podemos voltar a esse patamar", resume o presidente.

Como Alfonsín, ele é um político profissional e chefe de um governo de transição. Uma taxa de inflação acima do patamar de 10%, por trazer-lhe grandes dificuldades internas, significa sempre a antecipação de novas medidas governamentais, com o objetivo de tentar conter o avanço dos preços relativos e do déficit público. O governo Alfonsín fez o seu "pacote" fiscal em setembro passado. O governo Sarney está trabalhando em um semelhante, que poderá ser editado nos próximos dias. "Os preços relativos estão difíceis de controlar", tem-se queixado Sarney.

Atualmente, ele trabalha com a cabeça voltada para os rumos da

(Continua na página 6)

• Política

GOVERNO

Durador Externo
“O acordo está difícil mas sai”por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

Constituinte. As dificuldades nas negociações da dívida externa e a aceleração da taxa de inflação, por seu potencial político explosivo, acabam por incomodá-lo mais até do que seria natural.

Sarney deixa visível sua preocupação em tentar evitar que fatores “externos” ameacem conturbar a Constituinte, que, antes, lhe parecia por demais confusa, mas, agora, na etapa prévia às votações decisivas em plenário, começa a ganhar nitidez.

Aos parlamentares que têm recebido no Planalto, ele tem exibido os últimos dados coletados pelo governo sobre o desempenho global da economia em outubro passado: a produção industrial e o nível geral de emprego cresceram. “O que prova que nós não estamos indo tão mal quanto dizem”, argumenta.

Nos últimos dois dias, ele acrescentou a esse quadro indicadores sobre o avanço da ala de “moderados” no plenário da Constituinte, o que o deixou muito satisfeito. “Eles estão fazendo tudo sem a minha interferência, eu não interfiri em nada, até pedi para que me deixassem de fora”, diz.

Os dados que chegaram à

Presidência da República indicam que 281 parlamentares, de diferentes partidos, já assinaram um documento pedindo mudanças no regimento interno da Constituinte. Esse papel deve ser entregue na terça-feira ao deputado Ulysses Guimarães, que resiste à idéia. O objetivo é possibilitar a alteração de trechos da proposta de texto constitucional durante o processo de votação em plenário.

Está claro que tal estratégia foi inspirada e articulada a partir do governo. Os ministros Prisco Viana (Desenvolvimento Urbano), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Borges da Silveira (Saúde) são os operadores. Conseguiram não apenas deixar o presidente razoavelmente satisfeito, como também trabalharam com discrição: o motivo básico da proposta na Constituinte é a mudança dos capítulos econômico e social.

Sarney alega, sempre, em sua defesa, que aspectos políticos cruciais para o seu governo, como as questões do mandato e do parlamentarismo, foram deixadas em segundo plano nessa articulação. “Portanto, estão fazendo pelo Brasil”, argumenta, “e é uma coisa que vem da própria Constituinte, da iniciativa deles.” Vencer sem se expor é a sua nova tática.